



Relatório de viagem

HIGH-LEVEL POLITICAL FORUM ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT
& SAI LEADERSHIP AND STAKEHOLDER MEETING

New York, 16-20 de julho de 2018 | Renata Miranda Passos Camargo | Carlos Eduardo Lustosa da Costa

SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES: TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

TCU FEZ PARTE DA DELEGAÇÃO QUE REPRESENTOU O BRASIL NO TERCEIRO EVENTO PROMOVIDO PELA ONU PARA MONITORAR O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.



Entre os dias 16 e 18 de julho ocorreu em New York o *High-Level Political Forum on sustainable development* (HLPF-2018). Neste, que foi o terceiro ano do evento, foi revisado o progresso dos objetivos de desenvolvimento sustentável nº 6, 7, 11, 12, 15 e 17 que tratam, respectivamente, dos temas: água potável e saneamento; energia limpa e acessível; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsável; vida terrestre; parcerias e meios de implementação.

Participaram do Fórum mais de 125 representantes de estados e governos; 130 painelistas; 125 grupos de interesse e 2200 indivíduos.

Durante o encontro ministerial, 46 países apresentaram seus Relatórios Nacionais Voluntários (VNR) sendo 15 da Europa, 13 da Ásia e Pacífico, 9 da África, 8 da América Latina e Caribe e 1 da América do Norte.

Boas práticas identificadas:

Com foco no alcance dos ODS, o México instituiu Comissão Técnica Especializada de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CTEODS), órgão responsável pela coordenação das tarefas de gerenciamento de dados. Com o apoio do Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI), também mapeou os indicadores da Agenda 2030 que seriam monitorados. No parlamento, instalou Grupo de Trabalho para o seguimento legislativo dos ODS. O executivo instalou o Conselho Nacional da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, organização responsável pela coordenação de ações que visam ao cumprimento dos ODS. Também elaborou Guia de incorporação dos ODS nos planos estatais e municipais de desenvolvimento. Em âmbito subnacional, a Conferência Nacional de Governadores (CONAGO) instalou a Comissão para o Cumprimento da Agenda 2030. Alguns municípios também contam com comissões da Agenda 2030. Outras medidas adotadas foram a dimensões de desenvolvimento sustentável na lei de planejamento com foco na equidade e inclusão. A reforma também estabeleceu que o Plano Nacional de Desenvolvimento contivesse projeções para 20 anos.

O Canadá buscou alinhar suas políticas, programas e prioridades aos ODS; também alocou recursos do orçamento para a Agenda. O governo está elaborando uma estratégia nacional para agenda 2030. Tal iniciativa conta com a participação de todos os níveis de governo, com a sociedade civil, com o setor privado e grupo de interesse.

Os Emirados Árabes destacaram a importância do engajamento e envolvimento de grupos de diversos setores incluindo setor privado, instituições de ensino e sociedade civil. Eles criaram um Conselho Consultivo do Setor Privado que se reporta ao Comitê Nacional dos ODS.

A Polônia adotou um novo modelo nacional de desenvolvimento consubstanciado em uma Estratégia de Desenvolvimento Responsável (SRD), alinhada em muitos aspectos com a Agenda 2030: objetivos, áreas, prioridades de ação e indicadores. As prioridades sócio-econômicas de desenvolvimento foram definidas em três dimensões: (a) social – reduzir a exclusão social, a pobreza e todo tipo de desigualdades; melhorar a qualidade de vida da população; desenvolver o capital humano e social por meio do acesso a conhecimento, educação e saúde -; (b) econômica – construir e modernizar a indústria e suporte para o empreendimento; investir em inovação, desenvolvimento tecnológico e produtos com valor agregado -; e (c) ambiental – aprimorar as condições ambientais, aumentar a disponibilidade e a qualidade da água, proteger o solo da degradação, gerenciar de maneira racional os recursos naturais e reduzir perdas.

A Albânia, que busca entrar na União Europeia, apontou cinco áreas prioritárias: reforma da administração pública, instituições estáveis e serviços profissionais e despolitizados; independência, eficiência e *accountability* das instituições judiciárias; luta contra corrupção; luta contra o crime organizado; e proteção dos direitos humanos, incluindo o direito à propriedade. No âmbito dos ODS destacou seis prioridades governamentais: inovação e serviços públicos centrados no cidadão; reconstituição e financiamento do setor energético; inovação e competitividade; gestão integrada das águas; gestão integrada da terra; reforma financeira estrutura.

Desafios, oportunidades e recomendações:

Por meio dos debates foi possível identificar os principais desafios da Agenda 2030, quais sejam: (a) a interiorização da Agenda (disseminação e adoção em nível subnacional e local); (b) o engajamento do setor privado e da sociedade civil, considerados essenciais para a realização da Agenda; (c) a integração e a coerência de planos, metas e orçamento; e (d) a existência de dados de qualidade, desdobrado nas dimensões necessárias.

Das discussões que seguiram a cada uma das 46 apresentações do VNR, resultou a seguinte lista de recomendações:

1. Estabelecer estratégias e políticas para descentralizar e localizar a implementação do Agenda 2030, inclusive através de capacitação direcionada dos governos locais e subnacionais e melhorar a coordenação vertical e horizontal;
2. Identificar pontos focais em cada ministério setorial / linha para a Agenda 2030 e implementação de ODS, a fim de garantir o enfoque integrado de governo (*whole of government approach*);
3. Melhorar a coerência das políticas e reforçar a capacidade de integração das políticas e utilização de estruturas baseadas em evidências e participativas para formular, implementar e rever políticas e estratégias para o desenvolvimento sustentável;
4. Alinhar o orçamento com os requisitos de implementação com base em monitoramento baseado em evidências e avaliação, a fim de identificar investimentos estratégicos de longo e médio prazo;
5. Investir em escritórios estatísticos e sua capacidade de produzir dados de alta qualidade, tempestivos, confiáveis e que possam ser desagregados para poder fornecer estatísticas baseadas em evidências com vistas a aumentar a transparência e melhorar o serviço público e a entrega de ODS;
6. O fortalecimento da avaliação e monitoramento é incentivado através de capacitação direcionada a fim de aumentar a prestação de contas aos seus cidadãos e mostrar progressos baseados em evidências;
7. Colocação de medidas baseadas em tendências e evidências para alcançar o crescimento econômico, ao mesmo tempo, criando um ambiente propício para a resiliência social e ambiental, reduzindo endividamento, incluindo através de swaps e alcançar a harmonização entre a implementação dos ODS e do Acordo de Paris para combater as mudanças climáticas e os desastres naturais;
8. Estabelecer medidas para conseguir empregos decentes e encorajar mulheres e jovens a participar na economia formal e no mercado de trabalho, incluindo através do desenvolvimento de capital necessário para essa participação; e
9. Estabelecer várias parcerias multi-*stakeholder* para fortalecer o engajamento de todas as partes interessadas, mas, ao mesmo tempo, garantir seu apoio de forma mais institucionalizada.

Por fim foram apontadas iniciativas que contribuem para a aceleração e o alcance dos objetivos e das metas constantes da Agenda 2030, quais sejam:

1. a institucionalização de estruturas de governança para coordenação, monitoramento e avaliação de ações correlatas à Agenda 2030;
2. a fiscalização da preparação nacional e do desempenho dos ODS;
3. o engajamento dos governantes nacionais, dos governos subnacionais e locais, da alta administração e do parlamento;
4. o envolvimento e a parceria com o setor privado, a sociedade civil, a academia e outras partes interessadas;
5. a revisão dos modelos de planejamento e a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento;
6. o alinhamento, a harmonização e a coerência de planos, políticas e programas, em todos os níveis (nacionais, subnacionais e locais); e
7. o provimento de recursos e o financiamento consistentes e coerentes com os objetivos e as metas estabelecidas. ♦

Para mais informações sobre o HLPF acesse: <https://sustainabledevelopment.un.org/>

PAPEL DAS EFS NA ACCOUNTABILITY DA AGENDA 2030 É DEBATIDO EM NEW YORK

EVENTO EM NEW YORK DEBATE ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DAS ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO SUPERIOR PARA A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



A Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI (IDI) e o Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos das Nações Unidas (UNDESA) organizaram evento para debater a contribuição das Entidades de Fiscalizadora Superior (EFS) para a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nesse evento foram apresentados resultados e lições aprendidas de auditorias de preparação dos governos para a implementação dos ODS. Também foi observado o avanço ocorrido no planejamento e na condução de auditorias relacionadas aos ODS, bem como na avaliação da preparação dos governos para a implementação da Agenda 2030.

O evento ocorreu entre os dias 19 e 20 de julho de 2018, no UN Headquarters em New York, logo após a conclusão do *High-Level Political Forum on Sustainable Development* (HLPF), e contou com a participação de 70 EFS e mais de 190 partes interessadas, entre os quais destacamos: a Divisão de Estatística da UNDESA; a Parceria Internacional de Orçamento (IBP); a União Inter-Parlamentar (UIP); o Comitê de Peritos em Administração Pública das Nações Unidas (CEPA); o Escritório das Nações Unidas de Supervisão Interna (OIOS); o Instituto de Auditores Internos (IIA); a Fundação Canadense de Auditoria e Prestação de Contas (CAAF); o Instituto Internacional de Desenvolvimento Sustentável (IISD); o EvalODS; o Ministério das Relações Exteriores de Cingapura; a Autoridade Federal de Competitividade e Estatística dos EAU. O Tribunal de Contas da União fez-se representar pelos servidores Carlos Eduardo Lustosa da Costa, da SecexAmbiental, e Renata Miranda Passos Camargo, da Cogex/Segecex.

Nessa ocasião, os participantes refletiram sobre os principais desafios que as EFS enfrentam para auditar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo questões estratégicas, operacionais, metodológicas e de capacidade. Também destacaram a importância da atuação das EFS para o aumento da conscientização e a visibilidade dos ODS; a aceleração da implementação da Agenda 2030; a potencialização de resultados; bem como para o alcance do ODS 16, “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”, que será objeto de debate em 2019. Por fim, ressaltaram a necessidade de se envolver outras partes interessadas e de se comunicar efetivamente os resultados das auditorias para os governantes, os formuladores de políticas públicas, os parlamentares e a sociedade. ♦

Para saber mais sobre o que foi discutido no evento, sugerimos a consulta a documentação disponível no site: <http://bit.ly/SAIs4SDGs>.

INTOSAI E UNDESA RESSALTAM A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DAS EFS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

EVENTO EM NEW YORK DEBATE ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DAS ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO SUPERIOR PARA A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Na abertura do evento “*SAI Leadership and Stakeholder Meeting*”, ocorrido no dia 19 de Julho de 2018 em New York, a Dra. Margit Kraker, Secretária-Geral da INTOSAI, Presidente da *Austrian Court of Audit* e Membro do Conselho do IDI, destacou que mais de 70 EFS planejam realizar auditorias de preparação para a implementação dos ODS. Nessa ocasião, Kraker ressaltou a importância da atuação independente das EFS no acompanhamento e supervisão da implementação dos ODS, bem como a necessidade da atuação das instituições de controle para garantir a coerência das políticas públicas e a qualidade das informações prestadas, bem como para estimular o engajamento, e promover a inclusão, a inovação e a confiança.

Em seu discurso, Dr. Elliott Harris, *Assistant Secretary-General for Economic Development* e Economista Chefe no *Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UNDESA)*, destacou o papel das EFS na promoção do desenvolvimento e da confiança nos governos, e ressaltou dois importantes marcos que ocorrerão em 2019 no *High-level Political Forum on Sustainable Development (HLPF-2019)*: a primeira avaliação da implementação do ODS 16, “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” e a primeira revisão geral da implementação dos ODS. Segundo Harris, as EFS estão em posição singular nesse processo, podendo contribuir para ambos os trabalhos, bem como impactar os resultados da agenda para os próximos cinco anos, seja por meio das auditorias de preparação para a implementação dos ODS, seja por meio das auditorias de desempenho que, segundo ele, trarão novos desafios metodológicos. ♦

Para assistir na íntegra do primeiro bloco esse debate acesse: <http://webtv.un.org/watch/part-1-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5811367120001/?term>

UNCEPA DESTACA A IMPORTÂNCIA DAS AUDITORIAS DE COERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EVENTO EM NEW YORK DISCUTE A IMPORTÂNCIA DAS AUDITORIAS PARA PROMOVER A COERÊNCIA E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTRIBUIR PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Mediado pelo Dr. Geert Bouckaert, membro do Comitê de Especialistas em Administração Pública da ONU (UNCEPA), líderes das EFS e outras partes interessadas ressaltaram a importância da coerência e integração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Tal debate ocorreu no âmbito do evento “SAI Leadership and Stakeholder Meeting”, ocorrido no dia 19 de Julho de 2018 em New York.

Coerência e integração são conceitos bem aceitos, mas abstratos, por esse motivo Bouckaert destacou a importância de se defini-los para, em

seguida, verificar como as EFS podem contribuir para o seu alcance. Para Bouckaert, falar sobre coerência e integração envolve, necessariamente, tratar de aspectos como alinhamento horizontal, alinhamento vertical e engajamento de partes interessadas, estando intrinsecamente relacionados com os ciclos de políticas públicas que, segundo ele, deveria começar pela avaliação e auditoria, para só depois seguir para orçamentação e *accountability*. Nesse sentido, Bouckaert ressaltou a importância das auditorias, e em especial de suas conclusões e recomendações, para o ciclo de planejamento, implementação e acompanhamento de ações governamentais.

Segundo Bouckaert, em todos os estágios do ciclo de políticas públicas (*design*, decisão, implementação e avaliação) podem ocorrer inconsistências e problemas de integração, por esse motivo ressaltou a importância das auditorias avaliarem o grau de coerência e integração das políticas em cada um desses estágios considerando aspectos como o compartilhamento e alinhamento de objetivos, a consistência e a coerência da alocação dos recursos, os instrumentos escolhidos e seu impacto sobre outras políticas, bem como os sistemas, os riscos e os controles internos adotados. Bouckaert ressaltou ainda a importância das auditorias de risco, de sistemas, de desempenho e de políticas públicas, bem como a atuação individual, conjunta e cooperativa dos órgãos de controle. Por fim, Bouckaert frizou a importância de buscar a coerência e a integração das ações em todas as fases do ciclo de políticas pública e de manter comunicação contínua e compreensível com o parlamento, a sociedade e demais partes interessadas.

Alinhado com essa visão, Agus Joko Pramono, Membro do Conselho de Auditoria da Indonésia, destacou a importância da integração vertical e horizontal, bem como do engajamento das partes interessadas, para o sucesso das políticas públicas. Ele salientou que os organismos de controle, assim como os gestores, ainda atuam em silos e destacou a importância da avaliação dos arranjos institucionais, da atuação coordenada dos organismos de controle e da qualidade das recomendações para garantir a coerência e integração de políticas.

Nino Pruidze, Analista Sênior de Orçamento do *State Audit Office* da Geórgia, apresentou o resultado de trabalhos realizados nos quais observou a falta de visão de longo prazo, de interligação e sinergia entre as ações, de indicadores e bases de dados confiáveis, bem como da participação de *stakeholders* críticos (ex. municípios, cidadãos e academia) nos conselhos e grupos temáticos.

Pruidze ressaltou a importância da realização contínua de auditorias operacionais e de adoção do “*whole of government approach* (WoG)”. Por fim destacou a necessidade de maior preparação (definir responsáveis pelos indicadores, estabelecer relações entre os ODS e elaborar plano/programa de ação para implantação dos ODS), participação dos governos locais e observância do princípio chave da Agenda 2030: não deixar ninguém para trás; interconectividade e indivisibilidade dos objetivos.

Ao final das explanações foi debatido o impacto do processo eleitoral no planejamento e na implementação da agenda 2030 e foram apresentadas possíveis formas de realização de auditorias de coerência e integração. Por fim, se destacou a importância do alinhamento de prioridades entre os diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal), de

alinhamento entre grupos auditoria e avaliação de políticas públicas, bem como da divisão de papéis e responsabilidades entre as partes envolvidas. ♦

Para assistir na íntegra do primeiro bloco esse debate acesse: <http://webtv.un.org/watch/part-1-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5811367120001/?term>

EQUIDADE DE GÊNERO FOI TEMA DE DEBATE NO SAI LEADERSHIP AND STAKEHOLDER MEETING

EVENTO EM NEW YORK DISCUTE RESULTADO DE AUDITORIAS DE PREPARAÇÃO PARA O AVANÇO DO ODS 5, “EQUIDADE DE GÊNERO”



Moderado por Maria Lúcia Lima, auditora do Tribunal de Contas da União (TCU), painel realizado no âmbito do evento “SAI Leadership and Stakeholder Meeting”, ocorrido no dia 19 de Julho de 2018 em New York, apresentou uma visão geral sobre auditorias de inclusão, com foco na preparação das EFS para a implementação do ODS 5 (equidade de gênero) na América Latina.

Nessa ocasião, Marta Acosta, Auditora Geral da Costa Rica, disse que seu país fez a primeira auditoria de gênero em 2014. No âmbito desta foi construído um índice de equidade de gênero que

os ajudou a mensurar o grau de conformidade com o objetivo. Resultou dessa auditoria a institucionalização da Lei para Igualdade; a criação do Instituto Mulher; a criação de estruturas de governança como Conselho Diretor; a formalização de um Pacto Nacional; a mobilização de recursos; a transferência de recursos para famílias pobres, em especial aquelas chefiadas por mulheres; bem como a criação de duas Políticas Nacionais de Gênero, uma contra violência de gênero e outra com foco na igualdade de gênero. O índice de equidade de gênero, com o apoio do IDI, está sendo aplicado em auditorias realizadas por 16 países e tem como principal desafio a necessidade de envolvimento de equipe de auditoria multidisciplinar.

Santiago R. Martinez Arguelles, Diretor Adjunto da Diretoria Técnica D2F do Tribunal de Contas Espanhol, destacou a importância do comprometimento explícito dos parlamentares com a Agenda 2030 e o papel dos ativistas da sociedade civil na promoção da implementação do ODS 5 na Espanha. Ele destacou a necessidade alocação de recursos para os objetivos e ressaltou importância da criação da Comissão para os ODS no parlamento Espanhol, estrutura essa que tem contribuído para a promoção da Agenda.

Andres Castro Franco, Controlador Adjunto de Bogotá, DC, disse que para implantação da agenda é necessário adotar e conciliar componentes normativos, institucionais e planos sociais. No que tange ao ODS 5 (equidade de gênero) foram avaliados planos distritais e locais de desenvolvimento, e constatou-se, em ambos os casos, a necessidade de inclusão de componentes de gênero.

Como resultado desse painel foi possível identificar a importância de constituição e envolvimento de equipe multidisciplinar de auditoria, para avaliar os ODS, bem como de interação e criação de estruturas governamentais e parlamentares para viabilizar os meios necessários a implementação e avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ♦

Para assistir na íntegra do primeiro bloco esse debate acesse: <http://webtv.un.org/watch/part-1-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5811367120001/?term>

EXPERIÊNCIAS REGIONAIS DAS SIDS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SÃO FOCO DE DEBATE

EVENTO, OCORRIDO EM 19 DE JULHO DE 2018 EM NEW YORK, APRESENTA EXPERIÊNCIAS REGIONAIS DAS SIDS - *SMALL ISLAND DEVELOPING STATES* - NA IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DOS ODS



Painel moderado por David Le Blanc, *Senior Sustainable Development Officer* da Divisão de Desenvolvimento Sustentável (DPIDG) do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA), ocorrido no âmbito do evento “*SAI Leadership and Stakeholder Meeting*”, apresentou os desafios enfrentados pelas SIDS - *Small Island Developing States* - para auditoria e implementação dos ODS.

Gail Lue Lim, Auditora Geral Adjunta do Departamento de Auditoria Geral da Jamaica, disse que o grande desafio para preparação de seu país para a implementação dos ODS consiste na falta de clareza de parte da alta administração acerca de seus papéis e responsabilidades, bem como na falta de indicadores, na limitada capacidade de controlar e avaliar o progresso, no acesso restrito a gestores e registros e na demora na resposta de pedidos de informação. Para apoiar os auditores foi elaborado um mapa de implantação dos ODS e um manual de auditoria operacional. Também foi incentivada a aproximação dos auditores com os gestores, a constante comunicação com as partes interessadas e a realização de auditoria conjunta de preparação dos ODS nas SIDS.

Tiofilusi Tiueti, Executivo Chefe da Associação de EFS do Pacífico (PASAI), apresentou o resultado de auditorias realizadas e lições aprendidas em auditorias operacionais baseadas no “*whole of government approach (WoG)*”. Tais auditorias avaliaram aspectos relativos a: (i) integração nacional, integração e coordenação de políticas, criação de parcerias, engajamento de partes interessadas e inclusão; (ii) identificação de recursos, mobilização de parcerias e gerenciamento de riscos; (iii) modelo de monitoramento, avaliação e prestação de contas, indicadores de desempenho e dados. Como resultado, foi observado que os planos de desenvolvimento nacional estavam alinhados com os ODS, mas que a conexão desses com os planos operacionais e locais não era evidente. Ao final de sua apresentação, Tiueti ressaltou a importância da composição da equipe de auditoria e da compreensão dos arranjos de governança do país por parte dos auditores para realização desse tipo de auditoria.

Shirah Nair, do Ministério de Relações Exteriores de Singapura, apresentou a abordagem adotada por seu país para implementação dos ODS a qual consiste não apenas em “*whole of government approach (WoG)*”, mas também em um “*whole of nation approach*”. Nair destacou a ênfase de seu país no compartilhamento eficiente de informações entre agências, o que contribuiu para a identificação de interconexões. Nair também destacou a busca ativa de cidadãos como estratégia de comunicação e encorajamento da participação dos cidadãos no processo decisório.

Ao final dos painéis, foi destacada a relevância da integração entre planejamento, orçamento e dados; da existência e adoção de estruturas estatísticas e de coerência das políticas. Ressaltou-se ainda a importância de adoção da abordagem WoG, do engajamento das partes interessadas, da existência de estruturas de governança, de realização de reuniões periódicas, de monitoramento, do uso e padronização de tecnologia adotada e sobretudo da comunicação contínua e constante entre as partes interessadas. ♦

Para assistir na íntegra do segundo bloco esse debate acesse: <http://webtv.un.org/search/part-2-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5811725336001/?term=&lan=english&page=3>

OPORTUNIDADES E DESAFIOS DAS AUDITORIAS DE PREPARAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

EVENTO, OCORRIDO EM 19 DE JULHO DE 2018 EM NEW YORK, IDENTIFICA OPORTUNIDADES E DESAFIOS DAS AUDITORIAS DE PREPARAÇÃO PARA OS ODS.



Moderada por Julie Gelfand, Comissária de Meio Ambiente do Canadá, esse painel, ocorrido no âmbito do evento “SAI Leadership and Stakeholder Meeting”, discorreu acerca de condições enfrentadas pelas EFS quando iniciam auditoria de preparação para os ODS.

Gelfand destacou a dificuldade de se realizar uma auditoria quando o governo ainda não iniciou a preparação e não há nada implementado. Segundo ela, apesar de desafiador esse tipo de auditoria traz ganhos por sensibilizar os governos para o tema e, consequentemente, mobilizar e promover a ação.

Ismahane Mahamoud Ibrahim, Primeira Presidente do Tribunal de Contas e Disciplina Orçamentária de Djibuti, ressaltou em sua fala os desafios decorrentes do fato de usualmente as auditorias serem realizadas sobre o desempenho, não antes da implementação das ações.

Abdoul Madjib Gueye, Presidente da Câmara do Tribunal de Contas do Senegal, disse que as informações de auditorias de desempenho sobre questões relacionadas aos ODS que tenham sido anteriormente realizadas podem ser usadas nas auditorias de preparação.

Eltahir Malik, Auditor Geral da Câmara Nacional de Auditoria do Sudão, disse que houve treinamento para os auditores antes de conduzir a auditoria de preparação e conscientização do governo e de outras partes interessadas acerca do trabalho a ser realizado.

Matthias Reister, Chefe da International Merchandise Trade Statistics, DESA, Divisão de Estatística, revisou a disponibilidade de dados para os indicadores de ODS nos países em desenvolvimento. Ele disse que pode levar até dois anos para que um país estabeleça sua estrutura nacional de indicadores. Em um estudo de seis países, constatou-se que apenas 20% dos indicadores globais estão atualmente disponíveis, enquanto outros 20% são facilmente viáveis (a fonte de dados existe, mas ainda não há um indicador calculado). Ele também disse que há esforços em andamento para monitorar a implementação no nível local, algo necessário para tornar os dados acessíveis.

Segundo Gelfand no Canadá 68% dos indicadores globais estão disponíveis. Gueye, do Senegal, identificou problemas de disponibilidade, acessibilidade, atualização e organização de dados. Ibrahim ressaltou o problema de falta de recursos humanos e disponibilidade de software. Malik disse que a EFS do Sudão recomendou a atualização dos indicadores e aprimoramento das capacidades estatísticas para fornecimento de dados.

Gloria Alonso Masmela, Controladoria Geral Adjunta da Controladoria Geral da Colômbia, disse que seu país tem trabalhado no desenvolvimento de processo de fortalecimento das instituições, adotando, inclusive, processo participativo de auditoria e ampliação da capacidade de acompanhamento dos ODS.

Acerca dos indicadores, foi ressaltada a complexidade dos indicadores utilizados na Agenda 2030, a necessidade de os dados serem desdobrados em múltiplas dimensões e níveis, a importância de se gerar uma linha de base e de garantir a qualidade dos dados. Como forma de minimizar o problema, recomendou-se a seleção de indicadores que passem mensagens claras, desagregados em nível local, bem como de estabelecimento de um modelo (framework) de indicadores para a Agenda 2030. ♦

Para assistir na íntegra do segundo bloco esse debate acesse: <http://webtv.un.org/search/part-2-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5811725336001/?term=&lan=english&page=3>

EFIS ENGAJADAS COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ARPESENTAM LIÇÕES APRENDIDAS

EVENTO, OCORRIDO EM 20 DE JULHO DE 2018 EM NEW YORK, EXPLICITOU LIÇÕES APRENDIDAS PELAS EFIS ENGAJADAS COM OS ODS.



Painel, moderado por David Kanja, Secretário-Geral Adjunto para os Serviços de Supervisão Interna, ocorrido no âmbito do evento “*SAI Leadership and Stakeholder Meeting*”, se concentrou no debate acerca de como as EFIS podem realizar auditorias de preparação, apresentar constatações e recomendações, envolver o governo e os parlamentares, e potencializar o impacto de auditorias nos ODS.

Gelfand disse que em seu país, para as auditorias de desempenho, as 169 metas foram atribuídas a diferentes equipes de auditoria em todo o escritório. Essas unidades avaliaram o nível de risco (alto, médio, baixo) e “auditabilidade” de cada uma das metas.

Andrea Connell, Chefe de Assuntos Internacionais, Tribunal de Contas da Holanda, apresentou o “Sharaka”, que é um programa cooperativo que está sendo implementado por este Tribunal e por várias instituições de auditoria dos países árabes. Connell destacou a abordagem de sete etapas para as auditorias adotadas pela INTOSAI, que inclui questões sobre a estrutura das políticas e a estrutura de dados. Ela disse que o valor agregado das auditorias de preparação inclui a conscientização, o estabelecimento de uma linha de base, o desenvolvimento de novas parcerias, o alerta precoce e a identificação de lacunas.

Iyad Tayem, Presidente do Departamento Estatal de Auditoria e Controle Administrativo da Autoridade Nacional Palestina, disse que a auditoria de preparação palestina encontrou falhas na coordenação de ações envolvendo ONGs e bem como limitações em ações que visam aumentar a conscientização sobre a implementação dos ODS. Tayem disse que um dos desafios é alinhar os planejamentos estratégico e orçamentário.

Malika Didouche, Chefe de Câmara da Argélia *Cour de Comptes*, destacou que seu órgão faz parte do grupo de *stakeholders* que participam e realizam eventos diversos incluindo: abertura, apresentação dos ODS e de planos de ação.

Carlos E. Lustosa da Costa, Diretor de Auditoria Ambiental do Tribunal de Contas da União, apresentou o resultado de auditoria coordenada com 11 países latino-americanos acerca da preparação dos governos nacionais para a implementação dos ODS.



O TCU coordenou a referida auditoria tendo desenvolvido uma metodologia para avaliação dos aspectos de governança necessários para a efetiva implementação da Agenda 2030. Além disso, adaptou metodologia do GAO para realizar análise de sobreposições, fragmentações, duplicidades e lacunas em políticas públicas.

Segundo Lustosa, as principais vulnerabilidades na institucionalização dos ODS nesses países incluem a falta no planejamento de longo prazo e na ausência de avaliação de risco para a Agenda 2030. Como resultado do trabalho foi recomendado: fortalecer o processo de institucionalização e estabelecer mecanismos de coordenação e comunicação; definir ferramentas de planejamento de longo prazo para ação do governo; estabelecer processos para a preparação dos Relatórios Nacionais Voluntários (VNR) de forma participativa e inclusiva; produzir produtos de comunicação diferentes que visam diferentes públicos; e usar equipes de auditoria multidisciplinar. Lustosa destacou ainda que está em

desenvolvimento um curso aberto on-line sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Instituições Superiores de Auditoria (ODS e EFS), o qual, por meio de apoio da GIZ, estará disponível em três línguas (português, inglês e espanhol).

Durante a discussão, os palestrantes recomendaram: identificar as prioridades nacionais, identificar os maiores riscos para o país e, com base nisso, selecionar quais metas devem ser auditadas. Sugeriram, ainda, a proposição de recomendações que agreguem valor e sejam úteis para o governo e os parlamentares. ♦

Para assistir na íntegra do terceiro bloco esse debate acesse: <http://webtv.un.org/search/part-3-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5811876481001/?term=&lan=english&page=3>

EXPECTATIVA DAS PARTES INTERESSADAS E PERSPECTIVAS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS EFS PARA OS ODS

EVENTO ORGANIZADO PELA INTOSAI E UN DESA DEBATE EXPECTATIVAS DAS PARTES INTERESSADAS E PERSPECTIVAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES EFS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.



Este painel de discussão, ocorrido no âmbito do “SAI Leadership and Stakeholder Meeting” no dia 20 de julho em NY, enfocou as expectativas e perspectivas das partes interessadas sobre o papel das EFS e refletiu sobre como estas podem contribuir no longo prazo para os ODS.

Lynn Wagner, Diretora de Grupo, Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, moderou a discussão sobre as contribuições das auditorias e recomendações para implementação dos ODS, bem como sobre formas de garantir que as partes interessadas “não deixem auditorias para

trás”.

Abdulla Lootah, diretor-geral da Autoridade Federal de Competitividade e Estatística dos Emirados Árabes Unidos, observou que os ODS são novos também para os escritórios de estatísticas e que as relações de colaboração são importantes para os escritórios de estatísticas.

Saber Chowdhury, Presidente Honorário da União Interparlamentar, destacou que os parlamentos têm o mandato para exigir a prestação de contas e a responsabilização dos governos e destacou a importância da existência de vínculo forte entre Parlamentos e EFS.

Vivek Ramkumar, Diretor Sênior de Políticas, *International Budget Partnership*, sugeriu que as EFS deveriam: pedir aos cidadãos conselhos sobre o que auditar; envolver diretamente os cidadãos nas auditorias; e ajudar as OSC a entender os relatórios de auditoria técnica.

Durante a discussão, os participantes destacaram o papel da comunicação e do uso da linguagem nos relatórios de auditoria, o papel da confiança entre os atores e o função das partes interessadas em garantir que as recomendações da EFS não sejam apenas aceitas, mas implementadas. ♦

Para assistir na íntegra do terceiro bloco esse debate acesse: <http://webtv.un.org/search/part-3-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5811876481001/?term=&lan=english&page=3>

CAPACIDADES DA EFS DE AUDITAR OS ODS É TEMA DE DEBATE

EFS IDENTIFICAM DESAFIOS E CAPACIDADES NECESSÁRIAS PARA A REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS DE PREPARAÇÃO PARA OS ODS.



Este painel, ocorrido no âmbito do “SAI Leadership and Stakeholder Meeting” no dia 20 de julho em NY, se concentrou nas capacidades que as EFS precisam para se engajar a longo prazo com os ODS, bem como as oportunidades e os desafios necessários ao desenvolvimento daquelas.

Chris Mihm, do *Government Accountability Office* dos EUA, moderou essa sessão e pediu aos palestrantes que se concentrassem em como as instituições de auditoria podem garantir que estejam aptas para o propósito de auditar a implementação dos ODS.

Jorge Bernedez Soto, do Chile, destacou que a razão de ser das EFS é a luta contra a corrupção e disse que sua instituição exigiu que todos os trabalhos de auditoria fossem vinculados aos ODS.

Kimi Makwetu, Auditor Geral da África do Sul e Presidente da CBC, destacou a necessidade de assegurar que as EFS tenham mandatos e capacidade adequados para estarem no centro da avaliação da implementação dos Objetivos Globais. Ele disse que a auditoria dos ODS requer um novo conjunto de habilidades, e o alto volume de dados a serem analisados também significa que as instituições de auditoria precisarão aumentar suas capacidades de uso e aplicação destes. Ele enfatizou ainda que a credibilidade das EFS dependerá de sua própria responsabilidade e capacidade de funcionar como instituições modelo.

Baohou Sun, do Escritório Nacional de Auditoria da China, Grupo de Trabalho em Análise de Dados, disse que a China incorporou todos os ODS em seu plano quinquenal. Ele disse que o objetivo das auditorias é expor os problemas e promover a prestação de contas, e seu escritório irá avançar para melhorar ainda mais e contribuir para a realização dos ODS.

Archana Shirsat, Diretora Adjunta do IDI, disse que a IDI trabalha para fortalecer as capacidades das EFS, incluindo: apoio e conscientização; orientação sobre auditorias de preparação para a implementação dos ODS; auditorias paralelas de preparação para implementação dos ODS; concepção de comunidade de prática de auditores de ODS; e desenvolvimento de MOOC. Ela disse que as principais mensagens da reunião incluem: as EFS precisam defender seus próprios papéis em seu contexto nacional; a liderança da EFS precisa determinar sua direção estratégica ao se envolver com os ODS; as EFS precisam reconhecer o que é diferente na auditoria da Agenda 2030 e adotar uma “*whole of government approach*”; ao auditar os ODS as EFS precisam considerar o princípio da inclusão e envolver partes interessadas nacionais e internacionais ao longo do processo de auditoria. ♦

Para assistir na íntegra do quarto bloco esse debate acesse: <http://webtv.un.org/search/part-4-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5812716247001/?term=&lan=english&page=3>

CONTRIBUIÇÕES DAS EFS PARA O PROCESSO GLOBAL DE ANÁLISE DOS ODS EM 2019: DEFININDO O ROTEIRO

UNDESA E IDI APRESENTAM AGENDA DE EVENTOS PARA O PRÓXIMO ANO E RESSALTARAM O POTENCIAL DE CONTRIBUIÇÃO DAS EFS.



Esse painel, moderada por Tytti Yli-Viikari, Auditora-Geral da Finlândia, focou nos eventos internacionais previstos para 2019 e na potencial contribuição das EFS.

Le Blanc observou que o HLPF deverá se reunir por oito dias em julho de 2019, sob os auspícios do ECOSOC, seguido de reunião promovida pela AGNU, em setembro de 2019, para analisar, pela primeira vez, a totalidade da Agenda 2030. Le Blanc destacou que as reuniões de grupos de especialistas provavelmente contribuirão para a revisão do ODS 16, e as regiões também realizarão

reuniões preparatórias. Os países que se ofereceram para apresentar as Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) irão prepará-los em nível nacional para apresentação durante a sessão de julho do HLPF. Le Blanc observou que haverá apenas uma declaração política para o HLPF em julho e setembro.

Dorothy Lucks, co-presidente da EVALSDGs, disse que as funções de avaliação e auditoria são complementares, enquanto essa tem como foco as auditorias de conformidade, financeira, institucional e de processo de accountability, as avaliações aferem o mérito e o valor das intervenções.

Archana Shirsat, Diretora Adjunta do IDI, sugeriu que as EFS devem ter suas auditorias prontas e publicadas a tempo para que elas contribuam para o trabalho que a IDI fará em relação ao processo HLPF 2019. Ela disse que a IDI criará um compêndio de resultados.

Carlos E. Lustosa da Costa, Diretor de Auditoria Ambiental do Tribunal de Contas da União, mencionou que, passados dois anos da Agenda 2030, o TCU foi a única EFS no mundo a contribuir de forma ativa com o Relatório Nacional Voluntário, apresentado pelo governo brasileiro em 2017, tendo elaborado um capítulo para o documento. Destacou, ainda, que a contribuição para o Relatório Voluntário não macula a independência da EFS uma vez que não houve a validação dos dados apresentados pelo governo.

Stefan Schweinfest, Diretor da Divisão de Estatística da DESA e Diretor Interino da Divisão de Instituições Públicas e Governo Digital (DPIDG), encerrou a reunião, destacando que a accountability é o conceito chave dos ODS e responsabilizar a todos é essencial. ♦

Para assistir na íntegra do quarto bloco esse debate acesse: <http://webtv.un.org/search/part-4-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5812716247001/?term=&lan=english&page=3>

CINCO DIAS DE DEBATE SOBRE A AGENDA 2030: CONCLUSÕES E OPORTUNIDADES

AUDITORES QUE PARTICIPARAM DOS EVENTOS HLPF E SAI LEADERSHIP OCORRIDOS ENTRE OS DIAS 16 E 20 DE JULHO DE 2018, NO UN HEADQUARTERS EM NEW YORK, APRESENTAM SUAS CONCLUSÕES.



O mundo todo está mobilizado com a Agenda 2030. Os governos nacionais, o setor privado, o terceiro setor e governos subnacionais e locais, todos estão alinhados com essa causa. A agenda se tornou de fato um plano de longo prazo globalmente aceito.

Os organismos internacionais estão apoiando, financiando e promovendo iniciativas que contribuam para a aceleração da implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A ONU, por meio da UNDESA e do PNUD, está apoiando os órgãos de controle nessa iniciativa por acreditar no potencial dessas organizações de alavancar o processo de preparação dos países e governos subnacionais para a implementação dos ODS.

O momento é oportuno. Em 2019 a ONU apresentará o resultado dos primeiros 4 anos da agenda e as prioridades para os próximos quatro.

Nessa mesma ocasião, o Brasil apresentará seu segundo Relatório Nacional Voluntário e estará finalizando a elaboração do próximo PPA. Temos a possibilidade real de contribuir com esse processo e, mais, de engajar os governos subnacionais e locais, alinhar e coordenar planos e iniciativas.

A hora é agora! O Governo Federal, por meio da Secretaria de Governo, Ministério do Planejamento, IBGE e IPEA, está adotando um conjunto de medidas que visam institucionalizar a Agenda 2030 em âmbito nacional. Organismos internacionais como Intosai, Undesa, Pnud, Olacefs, GIZ, Banco Mundial e OCDE estão apoiando iniciativas que contribuam para aceleração da Agenda. O TCU tem o mandato e os meios para fiscalizar a preparação e o desempenho dos ODS e contribuir para o desenvolvimento sustentável nacional em todas as suas três dimensões: ambiental, social e econômica. Além dessas três dimensões, há uma quarta: a institucional na qual os órgãos de controle podem contribuir de forma ainda mais enfática ao estimular que o governo adote mecanismos para aumentar a coordenação e coerência de políticas pública, ao mesmo tempo, que possa reduzir fragmentações, contradições e duplicidades de ações governamentais.

Precisamos agir e, com urgência: (i) definir e formalizar estratégia de fiscalização dos ODS; (ii) definir e formalizar métodos e técnicas de fiscalização dos ODS envolvendo os tribunais de contas estaduais; (iii) auditar e acompanhar a preparação do governo federal e dos governos estaduais e municipais para os ODS; (iv) auditar e monitorar o desempenho dos ODS; (v) auditar a integração e a coerência de políticas e programas de governo relacionados aos ODS; (vi) auditar a qualidade e a confiabilidade de dados e informações sobre os ODS; (vii) definir e formalizar métodos e técnicas de comunicação dos resultados de fiscalizações de ODS; (viii) envolver e engajar partes interessadas no processo de avaliação e fiscalização dos ODS; e (ix) comunicar o resultado de avaliações e fiscalizações dos ODS para os parlamentares, a sociedade e as demais partes interessadas.

O tempo urge! Três anos já se passaram desde a aprovação da Agenda 2030. São 17 objetivos, 169 metas e 193 países engajados. São 7,6 bilhões de pessoas, 1,7 milhões de espécies e 1 planeta que precisam dessas ações. São menos de 4167 dias para o término desse compromisso. Temos a oportunidade e a responsabilidade de contribuir, esse é o momento.

PARA MAIS INFORMAÇÕES...

Para mais informações consulte:

<https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf>

<https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf/2018>

<http://www.idi.no/en/idi-cpd/auditing-sustainable-development-goals-programme/auditing-sustainable-development-goals-programme-news/item/254-sai-leadership-and-stakeholder-meeting-2018>

Todos os documentos do evento estão disponíveis em:

<https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf/2018#docs>

<http://bit.ly/SAIs4SDGs>

Todos os painéis do evento podem ser assistidos em:

<https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf/2018#media>

<http://webtv.un.org/watch/part-1-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5811367120001/?term>

<http://webtv.un.org/search/part-2-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5811725336001/?term=&lan=english&page=3>

<http://webtv.un.org/search/part-3-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5811876481001/?term=&lan=english&page=3>

<http://webtv.un.org/search/part-4-supreme-audit-institutions-sai-leadership-and-stakeholders-meeting-on-contributions-of-supreme-audit-institutions-to-the-sustainable-development-goals-sdgs/5812716247001/?term=&lan=english&page=3>

Outras publicações e sites que vale a pena conhecer:

- *Voluntary National Reviews*, disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf/2018#vnrs>

- *Working Together: Integration, Institutions and the Sustainable Development Goals*, disponível em <https://publicadministration.un.org/en/research/world-public-sector-reports#profile4>

- Indicadores ODS, disponíveis em <https://unstats.un.org/ODSs/indicators/database>

- World Public Sector Reports, disponíveis em <https://publicadministration.un.org/en/research/world-public-sector-reports>